

O Globo 10 ABR 1988 ANL P 10

Grupos já se prepararam para o 2º turno

MARY ZIDAN

BRASÍLIA — Antes mesmo de alcançar a metade das votações para a conclusão do primeiro turno, os Constituintes já trabalham nas emendas para a segunda rodada, quando o texto aprovado voltará ao plenário para supressão de expressões — ou até artigos inteiros — e correções técnicas. O Centrão e os partidos de esquerda pretendem, na próxima fase, se recuperar de suas derrotas retirando da futura Carta vários dispositivos que consideram absurdos (caso dos centristas) ou excessivamente conservadores (na avaliação da esquerda).

O Regimento Interno estabelece limitações para mudanças no segundo turno. Cada parlamentar poderá apresentar apenas quatro emendas de caráter supressivo para expressões ou um artigo inteiro. São permitidas ainda emendas destinadas a concertar omissões, erros ou contradições, além de correções de redação. Para realizar essas alterações, o plenário terá de aprová-las por maioria absoluta — 280 votos no mínimo.

Uma única dúvida paira sobre a apresentação destas emendas: elas podem ou não assumir caráter modificativo de mérito, através da supressão de parte de um dispositivo? Não existe convergência de opiniões entre os regimentalistas da Constituinte para o problema, que dependerá da interpretação da Mesa, pois o Regimento é omissivo neste caso.

Os regimentalistas Nelson Jobim (PMDB-RS) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG) asseguram que as supressões podem ter como consequência a modificação do conteúdo da Carta. Mas suas

opiniões são contestadas pelo também regimentalista José Genóino (PT-SP), pelo Senador Albano Franco (PMDB-SE) e por Roberto Freire (PCB-PE). Albano trabalha inclusive com a possibilidade de ter que negociar as supressões que seu grupo pretende apresentar para o Capítulo dos Direitos Sociais, pois elas não podem assumir caráter revisor do mérito dos dispositivos.

— Teremos de achar uma fórmula para aprovar a supressão total de um dispositivo ou negociar sua supressão parcial sem fugir das regras do Regimento — explica o Senador.

A maior parte das supressões pretendidas pelo Centrão será dirigida ao Capítulo dos Direitos Sociais. O Deputado Luiz Ponte (PMDB-RS) afirma que a idéia é concentrar as supressões em seis pontos prioritários: os turnos ininterruptos de seis horas, a licença-paternidade, a proporcionalidade do aviso prévio, o adicional de um terço sobre o salário no pagamento das férias e os critérios para aposentadoria, que seriam remetidos à legislação complementar. Trabalham ainda pela supressão de parte do artigo do direito de greve.

O Líder do PMDB, Mário Covas (SP), informa que seu partido não pretende lutar por alterações essenciais, pois o texto aprovado até agora reflete quase que integralmente o que estava no projeto da Comissão de Sistematização. Mas Covas reage ao tomar conhecimento de que o Centrão pretende supressões parciais no direito de greve.

— Este dispositivo é fruto de um acordo. E acordo tem de ser para valer, não pode ser modificado depois — afirma o Líder peemedebista.

Para tentar inibir as iniciati-



Nelson Jobim: Supressão de dispositivos pode alterar conteúdo da Carta

vas de supressão de artigos negociados, Covas alertou o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, em uma reunião realizada no início da semana, para o que considera "traição de acordos".

O Senador Albano Franco se defendeu afirmando que a negociação que propiciou a votação do direito de greve foi um acordo feito às pressas, sem o aval de todos os segmentos interessados na questão.

— A Nação espera que a Constituinte possa ratificar estes erros — argumenta Albano.

Além de um estudo minucioso para as questões trabalhistas, o Centrão tem montado um serviço de assessoria jurídica para instruir seus parlamentares no segundo turno. Ao contrário do que foi feito antes das primeiras votações no plenário, o grupo pretende realizar um trabalho anônimo, sem evidenciar lide-

ranças, reunindo forças através da pressão das entidades organizadas, conforme revela o Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

Para coordenar este trabalho de emendas supressivas e dividi-las entre os seus Constituintes, o Centrão montou um grupo de estudo temático, que reúne sua cúpula. Algumas das supressões já estão decididas, como a do voto facultativo para jovens de 16 a 18 anos, o voto de censura a Ministros de Estado e as questões trabalhistas.

Desvincular o direito à propriedade do direito à vida e à liberdade, além da supressão dos crimes de tráfico de drogas e terrorismo como inafiançáveis, são pontos decididos pelo PT, com apoio de parcela do PMDB. Ao contrário do Centrão, os "progressistas" não pretendem alterar muito do que já foi aprovado e a maioria de suas emendas deverá ter caráter corretivo.



Albano: Teremos de achar uma fórmula que não transgrida o Regimento

O texto da futura Carta sofrerá ainda correções técnicas, que serão feitas pelo Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). O exemplo típico da necessidade das correções são as inúmeras referências a dispositivos constitucionais que só existem no sistema parlamentarista de governo, votados antes de o plenário aprovar o presidencialismo.

Estas mudanças cabem exclusivamente ao Relator e nenhum parlamentar terá de gastar seu número limitado de emendas supressivas para fazer adequações no sistema de governo. Isso foi decidido pela Mesa na primeira votação que antecedeu a apreciação do capítulo referente ao sistema, que citava a expressão Primeiro-Ministro, atendendo a uma ponderação do Líder do Governo, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA). Naquela ocasião, Ulysses Guimarães assegurou ao plenário que os dispositivos po-

deriam ser votados e corrigidos posteriormente pelo Relator.

Se todos os Constituintes utilizarem o número máximo de emendas permitidas, o plenário terá de apreciar 2.236 proposições supressivas, além das correções de redação, o que coloca em risco o calendário otimista de Ulysses para a conclusão da nova Carta. Além disso, a Constituinte ficará parada pelo menos 19 dias entre o primeiro e o segundo turnos, devido aos prazos regimentais concedidos ao Relator.

Terminada a primeira rodada de votações, Bernardo Cabral terá sete dias para apresentar a redação final do texto aprovado e outros cinco para emitir seu parecer sobre as emendas apresentadas. Somam-se mais cinco dias de discussão antes do segundo turno e os dois dias de prazo para a publicação nos avulsos.